


GLOBAL, PORQUE ESCRAVISTA: UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS URBANAS DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1790 E 1815

 Ynaê Lopes dos Santos^{1,2}

RESUMO

O Rio de Janeiro destaca-se como uma das poucas cidades do Mundo Atlântico que conseguiram reunir características tão particulares e ao mesmo tempo tão reveladoras das dinâmicas globais que marcaram as últimas décadas do século XVIII e os primeiros cinquenta anos da centúria seguinte. Se por um lado sua centralidade política se fez notória com sua elevação à sede de poder colonial (1763), sua transformação em Corte do Império Lusitano (1808) e sua escolha como capital do Império do Brasil (1822), a porção “Versalhes Tropical” do Rio de Janeiro coexistiu com uma cidade que, nas palavras de um viajante inglês, mais parecia o “coração da África”; com negros e negras de diferentes origens, executando um sem número de atividades que renderam ao Rio de Janeiro o título, pouco honroso, de maior cidade escravista das Américas. Mais do que chocar viajantes estrangeiros desacostumados com o cotidiano escravista, ou então criar práticas de “pequenas Áfricas” em seu território, a forte presença de africanos e seus descendentes sob a égide da escravidão revela mais uma faceta do Rio de Janeiro: um locus do mundo Afro-Atlântico, no qual identidades, trajetórias e sentidos de cidade estavam em disputa. O objetivo do presente trabalho é, justamente, compreender as dinâmicas políticas, econômicas e sociais que caracterizaram o Rio de Janeiro como importante centro deste mundo Afro-Atlântico e suas múltiplas vozes entre os anos de 1790 e 1815.

PALAVRAS-CHAVE

Rio de Janeiro – escravidão – cidade global.

1 Universidade Federal Fluminense. Niterói – Rio de Janeiro – Brasil.

2 Professora de História da América do Instituto de História da UFF, Niterói, Brasil. E-mail: ynae.lopes.santos@gmail.com .



GLOBAL BECAUSE A SLAVEHOLDING ORDER: AN ANALYSIS OF THE URBAN DYNAMICS OF RIO DE JANEIRO BETWEEN 1790 AND 1815

ABSTRACT

Rio de Janeiro stands out as one of the few cities in the Atlantic world that have managed to bring together characteristics so particular and at the same time revealing of the global dynamics that marked the last decades of the eighteenth century and the first fifty years of the next century. On the one hand, its political centrality became evident with its elevation to the thirst for colonial power (1763), its transformation into the Court of the Lusitanian Empire (1808) and its choice as the capital of the Brazilian Empire (1822), the portion “Versailles Tropical” of Rio de Janeiro coexisted with a city that, in the words of an English traveler, more seemed the “heart of Africa”; with blacks and blacks of different origins, performing an innumerable number of activities that yielded to Rio de Janeiro the honorable title of the largest slave city in the Americas. More than harming foreign travelers unaccustomed to everyday slavery, or creating practices of “little Africa” in its territory, the strong presence of Africans and their descendants under the aegis of slavery reveals yet another facet of Rio de Janeiro: a locus of the world, in which identities, trajectories and senses of the city were in dispute. The purpose of this paper is precisely to understand the political, economic and social dynamics that characterized Rio de Janeiro as an important center of this Afro-Atlantic world and its multiple voices between the years of 1790 and 1815.

KEYWORDS

Rio de Janeiro – slavery – global city.

Em junho de 1814, Marques de Aguiar enviou um ofício para o Conde dos Arcos, no qual afirmava que:

O Real Animo do Príncipe Regente Meu Senhor está tranquilo a respeito da desordem que cometeram os escravos da Armação de Manoel Ignácio, por ter V. Exa. asseverado neste, e em outros Ofícios, que não há que recear consequências funestas, e perigos iminentes da sobredita desordem, e que tudo quanto se tem espalhado, além do que V. Exa tem exposto nesta matéria, é exagerado, falso, a destituído de fundamento, e fica o mesmo Senhor na inteligência da ordem, que V. Exa. expediu ao Dezembargador Ouvidor Geral do crime, para devassar, a fim de conhecer quais são as pessoas, que tem espalhado semelhante rumores, podendo segurar a V. Exa., que até agora não tem subido a Augusta Presença de Sua Alteza Real, por esta Secretaria de Estado, Representação de qualquer corporação, ou pessoa empregada nessa capitania, em que se queixe da falta de providencias da parte de V. Exa sobre este objeto³.

Em princípio, as autoridades e os habitantes do Rio de Janeiro, então corte do Império lusitano, em nada precisavam se alarmar frente a sublevação dos escravos de Manoel Ignácio, movimento que o Marques de Aguiar fez questão de chamar de “desordem”. Segundo ele, além do incidente não ter nenhum tipo de consequência funesta para a cidade do Rio de Janeiro, ele fazia parte das muitas situações que as autoridades teriam que lidar em meio a uma cidade escravista.

Na realidade, parecia ser mais importante averiguar quem estava espalhando o boato sobre a dimensão revoltosa da desordem, do que com o movimento propriamente dito. Isso porque, o antigo vice-rei fazia parte das obrigações dos governantes da cidade conhecerem as dinâmicas que faziam o Rio de Janeiro funcionar. De nada adiantaria, segundo Aguiar, proibir todos os ajuntamentos dos escravos com medo de novas desordens. Além de muitos desses ajuntamentos serem cruciais para o funcionamento da cidade, castigos e proibições em demasia não eram sinônimos de um bom governo dos escravos.

3 BN. Documento II-33,24,29 – Ofício do Marquês de Aguiar, ao Conde dos Arcos, 1814.

Era necessário que as autoridades reconhecessem e diferenciasssem os divertimentos que levavam e que não levavam os escravos a cometerem crimes. A linha que separava as duas situações era tênue, e ao pontuar isso, Aguiar revelava um dos aspectos mais marcantes do cativo cidadão.

Sem dúvida alguma, os anos em que Marques de Aguiar foi vice-Rei da América Portuguesa (1801 a 1806) lhe deram experiência suficientes para entender o quão ambígua e muitas vezes contraditória a escravidão no Rio de Janeiro poderia parecer aos olhos daqueles que governavam a cidade. A equação que permitia que a cidade dependesse cada vez mais do trabalho escravo para funcionar, sem que a massa de escravizados se tornasse um perigo eminente para essa mesma cidade era delicada e, como já dito, demandava conhecimento e experiência de quem ocupasse os cargos de poder.

Todavia, no caso do Rio de Janeiro, essa engenhosa equação não dizia respeito unicamente ao bom funcionamento da cidade e sua população escrava, mas também revela aspectos da manutenção escravista de todo império português, justamente no período que foi cunhando como Era das Revoluções. Dessa feita, partindo das contribuições recentes dos estudos sobre cidade globais⁴, o presente artigo pretende demonstrar como a análise da escravidão urbana do Rio de Janeiro também permite examinar o papel central que a cidade desempenhou na manutenção e incremento do tráfico transatlântico, bem como na produção de desigualdade e discriminação racial que se disseminou pelo mundo Atlântico no século XIX. Para tanto, serão analisados os anos entre 1791 e 1815, período no qual a cidade passou por mudanças urbanísticas e políticas sem paralelo na história das

4 Uma das premissas com a qual esse estudo dialoga é importância em pensar as cidades globais a partir das suas dinâmicas locais, bem como das redes globais que são estabelecidas a partir dela. DANTAS, M. HART, E. "Historical Approaches to researching the Global Urban". In: HARRISON, J. HOYLER, M. *Doing Global Urban Research*. Los Angeles: SAGE, 2018.

Américas, movimento esse que só foi possível graças ao incremento da sua população escrava.

Os braços de que todas as famílias se servem

Em um governo despótico e enraivecido, o vice-rei Conde de Resende (1790-1801) manteve a prática de seus antecessores e utilizou os escravos (africanos e crioulos) como principal mão-de-obra na implementação de melhorias que na capital da colônia. O Aqueduto da Carioca – principal fornecedor de água da cidade – foi coberto; novas ruas foram abertas, acompanhando a expansão urbana em direção à Lapa e Glória. O Vice-rei também ordenou a construção de um asilo para os soldados inválidos, instalou a iluminação pública (com óleo de baleia) e mandou erguer o Chafariz do Moura nas imediações do bairro da Misericórdia.

Além de construtores, os escravizados também foram mantenedores dessas melhorias. A iluminação pública e a construção do Chafariz do Moura, por exemplo, foram medidas de grande importância para o funcionamento da cidade, mas que só teriam sentido se conservadas por meio de mais trabalho escravo. E como era de se esperar de uma cidade cujo percentual da população escravizada excedia os 40%, os cativos também estavam presentes nas atividades comerciais que aqueceram a economia interna do Rio de Janeiro. Exemplo disso pode ser atestado no trabalho que Carlos Lima que, ao analisar a trajetória dos artífices na capital colonial, demonstrou que a rede comercial (sapateiros, alfaiates, barbeiros, carpinteiros, ferreiros) contava com uma série de cativos. Por meio da análise de inventários *post mortem* e das licenças expedidas para a abertura de casas de comércio, o autor conseguiu mapear grande parte dos estabelecimentos comerciais do Rio, sobretudo aqueles localizados nas principais freguesias da cidade⁵. Um aspecto interessante levantado neste mapeamento foi a constatação de que, embora não estivessem presentes em todos os

5 LIMA, Carlos A. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008, pp. 79-98.

estabelecimentos, os escravizados eram a mercadoria preferida para investimentos. Alguns artífices deixavam de comprar ferramentas fundamentais para seu ofício, na certeza de que a aquisição de um cativo lhe seria muito mais lucrativa⁶.

A justificativa para tanto reside na constatação de que a forte presença da escravidão na cidade acabava nivelando por baixo os jornais que tais artífices recebiam, principalmente para aqueles que trabalhavam na construção civil⁷. A compra e o treinamento de escravos eram estratégias utilizadas por muitos mestres de ofícios, que podiam diversificar seus ganhos futuros, lucrando tanto com o que os cativos viriam a construir (como artífices), como com os aluguéis pagos por terceiros pelos escravos treinados. Tais vantagens permitem compreender o significativo aumento do segmento escravo na cidade. No entanto, essa era apenas uma das facetas do emprego dos escravos urbano. Outras centenas deles serviam as casas cariocas e/ou ganhavam a vida nas ruas, arrendando sua força de trabalho pelas vias e mercados do Rio de Janeiro. Vê-se logo que, assim como Marquês de Aguiar havia sublinhado, na capital colonial tais escravizados tornavam-se, cada vez mais, “os braços de que todas as famílias se servem”.

Importante pontuar, que o estado colonial também “se serviu” do braço escravo para levar a cabo as obras de melhoria da cidade. Em 1799, por exemplo, Joana Maria da Conceição e José Antônio Gonçalves encaminharam dois requerimentos à Câmara, alertando sobre o atraso no pagamento dos jornais de seus escravos – que estavam trabalhando em “obras do Senado da Câmara”. De acordo com os proprietários, a instituição havia se prontificado a pagar 100 réis por dia de trabalho de cada escravo, mas ainda não havia honrado o acordo⁸. A prática frequente de alugar escravizados foi um importante incen-

6 Idem, pp. 123-124.

7 Ibidem, pp. 109-122.

8 AGCRJ. Códice 6.1.23. Documentos sobre a escravidão e mercadores de escravos, 1777-1831, pp. 297-300.

tivo para a compra de cativos, sobretudo para homens e mulheres livres de poucas posses que conseguiam adquirir de um a três cativos. Uma dinâmica que se intensificou ao longo do século XIX, como veremos mais adiante.

O que se observa é que, ao longo dos últimos anos do século XVIII, a expansão urbana do Rio de Janeiro e o aumento da população escravizada criaram uma relação em que era difícil determinar qual dos dois aspectos era demandante e qual era demandado. Na realidade, esse duplo crescimento era praticamente indissociável numa colônia que, entre os anos de 1790 e 1801 (ou seja, durante o governo do Conde de Resende), recebeu mais de 140 mil africanos escravizados⁹. Se a cidade do Rio de Janeiro ampliou seu território por meio do aterro de brejos e da abertura de ruas, era porque havia cada vez mais escravos que realizassem tais atividades.

A tessitura das redes econômicas que alicerçavam o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro era indissociável do uso da mão-de-obra escrava, sobretudo aquela oriunda de diferentes localidades do continente africano. O incremento do tráfico transatlântico para a América colonial - que desde meados do século XVIII tinha no Rio de Janeiro uma das suas principais paragens - fez com que as práticas econômicas, sociais e culturais da cidade estivessem cada vez mais atreladas à entrada massiva de africanos escravizados nos galpões do Cais do Valongo.

Não por acaso, Sir George Leonard Staunton - botânico da Cia. das Índias Orientais que visitou a cidade em 1792 - ficou espantado não só com a prodigiosa quantidade de africanos na cidade, mas também com os diferentes tipos de vida experimentados pelos escravos urbanos e por aqueles que viviam no éito. No período em que

⁹Cf.: *Slave Trade Database*. <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces>. Importante ressaltar, que a cifra de 140 mil africanos refere-se apenas aos desembarques feitos na região sudeste da colônia. De acordo com o mesmo banco de dados, durante o governo do Conde de Resende (1790-1801), a América portuguesa recebeu aproximadamente 334 mil africanos escravizados. Boa parte deles rumou para as regiões nordeste da colônia, sobretudo para a capitania da Bahia, cuja produção açucareira havia sofrido significativo crescimento após o advento do Haiti.

esteve no Rio de Janeiro, Sir Staunton pensou ter se inteirado da dinâmica que marcava “*um lugar chamado Valongo*”¹⁰: o mercado recebia, anualmente, cerca de vinte mil africanos escravizados. Embora o secretário britânico tenha averiguado que três quartos desses cativos fossem levados para outras paragens, ele pontuou que aproximadamente cinco mil permaneciam na cidade, “*acomodando-se facilmente à sua situação*”.

Quatro anos depois, em novembro de 1796, o igualmente britânico George Vesson também ficou impressionado com o que viu no Valongo: escravos “*nus, expostos como gado [...] que num misto de tristeza, indignação e desespero, miravam o grupo que se divertia ao lado*”¹¹. O missionário ficou especialmente comovido ao deparar-se com um “*negro velho que, com os seus gastos membros, carregava uma pesada carga. Ele gemia muito e parecia que as suas costas iam quebrar. O negro avançou com dificuldade mais alguns passos, gritou por socorro e caiu*”¹². Ao se prontificar a ajudá-lo, George Vesson recebeu como resposta do intérprete que o acompanhava, que aquele escravo “*não merecia um centavo*”¹³.

Para além do possível ímpeto abolicionista – movimento que estava ganhando muito espaço entre os ingleses no final do século XVIII -, a tabela 1 traz dados importantes para entender porque um escravo velho e doente não valesse um centavo.

10 FRANÇA, J.M.C. *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ/ José Olympio Editora, 1999, p. 203.

11 Idem.

12 FRANÇA, J.M.C. Op. Cit., p. 242.

13 Idem.

TABELA 1 : TRÁFICO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS PARA RIO DE JANEIRO E AMÉRICA PORTUGUESA ENTRE 1791 E 1807

<i>Ano</i>	<i>Desembarques porto Rio de Janeiro</i>	<i>Total de desembarques América Portuguesa</i>	<i>% Desembarques porto do Rio de Janeiro / Total América Portuguesa</i>
1791	7478	21936	34%
1792	8456	30871	27%
1793	11096	31531	35%
1794	10225	31849	32%
1795	10640	33206	32%
1796	9876	26229	38%
1797	9267	30288	31%
1798	6780	23554	29%
1799	8857	26873	33%
1800	10368	25403	41%
1801	10011	29255	34%
1802	11343	32575	35%
1803	9722	29120	33%
1804	9075	34186	27%
1805	9921	33863	29%
1806	7111	34854	20%
1807	9689	35123	28%
Total	159.915	510.716	31,60%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org> e FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 51.

Entre os anos de 1791 e 1807, quase 160 mil africanos escravizados desembarcaram no Rio de Janeiro. Essa cifra equivale a praticamente um terço de todo o volume do tráfico para a América portuguesa no mesmo período, e se mostra um forte indício das novas conexões Atlânticas que as elites da cidade e da capitania do Rio de Janeiro passaram a estabelecer nas últimas décadas do setecentos. Existe um importante debate historiográfico que relaciona o incremento do tráfico para o Rio de Janeiro e a expansão da produção agrícola na região. De acordo com Jobson Arruda, os quinze anos finais do século XVIII foram marcados por uma significativa diversificação e incremento da produção de gêneros alimentícios na hinterlândia fluminense¹⁴. Segundo o autor, entre os anos de 1796 a 1807 em grande medida, como resposta aos fomentos implementados pelo Marques de Pombal, a capitania do Rio de Janeiro se transformou num dos mais importantes celeiros do Império lusitano, o que por sua vez fez com que a capital colonial se transformasse num dos mais dinâmicos entrepostos comerciais do cone sul da América, tornando-se “o principal polo redistribuidor de produtos importados destinados ao mercado interno”¹⁵. Parte desse argumento também é apresentado por Pesavento, que analisa o incremento das atividades econômicas do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII¹⁶.

Partindo de outras questões, o trabalho de João Fragoso também é fundamental para entender como a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno e a demanda dessa atividade por braços escravos acabaram fomentando não só a economia fluminense, como transformando a capital colonial numa praça comercial dinâmica, cujas atividades e redes comerciais estabelecidas permitiram que homens de pouca monta pudessem não só adquirir africanos es-

14 ARRUDA, J. “A época dos vice-reis fluminenses: o novo padrão de colonização, diversificação e integração econômica”. In.: MAGALHÃES, A. BEZERRA, R. *Os Vice-reis no Rio de Janeiro. 250 Anos*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2015, pp. 189-228.

15 Idem, p. 209.

16 PESAVENTO, F. “O colonial tardio e a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos: 1750-90”. *Estudos Econômicos*, v. 42, n. 3, 2012.

cravizados, como fazer do comércio desses homens e mulheres uma atividade extremamente rentável. Esses homens de grossa aventura, como Fragozo os chamou, acabaram por criar uma importante elite comercial do Rio de Janeiro que, por sua vez, também aprofundou uma série de relações sociais com parte da elite política metropolitana, situação essa que teve peso significativo na escolha do Rio como Corte do Império português em 1808.

Logo se vê que no tempo dos vice-reis, a forte presença de escravos nas atividades urbanas não era apenas um indicativo do incremento da rede de comércio do Rio de Janeiro, mas também apontava para o crescimento e a diversificação das redes de comércio transoceânica realizada por uma elite econômica cada vez mais pujante. O trabalho escravo era assim a base a partir da qual as relações globais (quer tomada na sua esfera local, quer tomada na sua esfera transatlântica) eram estabelecidas na cidade do Rio de Janeiro.

Uma Lisboa Minituarizada na Pequena-África

Na manhã do dia 4 de março de 1813, o Patriota, um dos poucos jornais que circulavam no Rio de Janeiro, abria sua edição com a publicação das respostas dadas pelo doutor Antonio Joaquim de Medeiros ao programa proposto pela Câmara Municipal, que objetivava compreender as causas dos problemas de salubridade e das moléstias endêmicas que assolavam a cidade. Em sua resposta, Antônio de Medeiros apontava que, embora as moléstias não respeitassem “a idade, ao sexo, e ao lugar de habitação”, não era a mesma coisa habitar uma cidade sujeita à enfermidades e epidemias ocasionadas por sua localização geográfica e pela má construção de seus edifícios, e viver numa cidade organizada, ventilada e sem imundices. Ainda que o interior do país conhecesse centros urbanos bem estruturados, o doutor em questão sublinhava que o Rio de Janeiro se caracterizaria no primeiro tipo de cidade por ele descrito. A fim de ajudar a melhorar o aparelho urbano do Rio de Janeiro e a vida de seus moradores, Antonio de Medeiros respondeu a cada um dos pontos elencados no programa proposta pela Câmara, com o claro intuito de trazer me-

lhorias significativas para a cidade¹⁷. No entanto, é importante ressaltar um detalhe importante do tratado de Medeiros: ele fora escrito no ano de 1798, ou seja, quinze anos antes da sua publicação no jornal “O Patriota”.

Os quinze anos que separam a formulação que Antonio Medeiros fez para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e sua publicação foram vividos intensamente por aqueles que habitavam a cidade do Rio de Janeiro. A razão para tanto reside no fato de que, no ano de 1808, em resposta ao reordenamento de forças hegemônicas no hemisfério norte do Mundo Atlântico – cujo estopim foi o Bloqueio Continental implementado por Napoleão Bonaparte a partir de 1806 –, o Príncipe Regente D. João tomou uma medida inédita e decidiu transferir a capital do Império Português para uma cidade colonial: o Rio de Janeiro.

Ainda que a transferência da corte para o território colonial já houvesse sido aventada por D. Rodrigo de Souza Coutinho anos antes, a efetivação da decisão em 1807 e a chegada da Corte na cidade do Rio de Janeiro em março de 1808 representou um marco sem igual na história das Américas. Em uma tacada só, o Rio de Janeiro se tornou a primeira e única cidade do Novo Mundo a sediar um império ultramarino. Para fazer jus ao seu novo status, uma série de transformações foram implementadas, para que a cidade comportasse material e simbolicamente o papel de centro irradiador do poder, do controle e da administração do Mundo português. A então capital colonial precisava fazer as vezes de metrópole do Império português, o que significava a sua transformação naquilo que Schultz chamou de “Versalhes Tropical”, numa clara alusão ao papel simbólico e efetivo que Versalhes desempenhava no Império francês¹⁸.

Dessa feita, a publicação do tratado de Antonio Medeiros pode ser tomada como um lembrete para o sentido primordial das mudan-

17 BN. Hemeroteca Digital. Jornal O Patriota, 04/03/1813.

18 SCHULTZ, K. *Versalhes Tropical. Império, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

ças na nova Corte: era necessário civilizar a cidade do Rio de Janeiro, para que ela estivesse a altura da sua importância. Em certa medida, esse mesmo tratado publicado pelo O Patriota demonstra que a tarefa de transformação urbana era quase hercúlea: quinze anos antes, a futura Corte do Império lusitano era considerada uma cidade insalubre, imunda e mal ventilada. Como não havia como mudar a localização e as condições naturais do Rio de Janeiro, o que poderia ser transformado era a forma como esse espaço era ocupado. Essa foi a tônica das inúmeras transformações implementadas na nova Corte: uma gigantesca reforma urbana assentada em solo americano, mas que mirava o modelo civilizatório das principais capitais europeias.

As transformações foram de tamanha envergadura que inúmeros estudos foram realizados para analisar as diferentes dimensões da implementação da Corte nos trópicos. Como bem demonstrado por Paulo Marins, Nireu Cavalcanti e Kirsten Schultz, as mudanças no perímetro urbano ditaram o cotidiano da cidade nos primeiros anos da instalação da Corte¹⁹. Brejos foram aterrados para ampliar o perímetro urbano da cidade, que na época contava com apenas 5 freguesias; o crescimento da cidade ocorreu tanto no sentido de Botafogo - para onde migraram parte das famílias desalojadas de suas casas por meio da Lei de Aposentadorias -, como na direção do bairro de São Cristóvão, local em que a residência definitiva da família real estava sendo construída. Outros edifícios foram erguidos ou modificados para comportarem inúmeros órgãos administrativos que foram “transmigrados”, fazendo do Rio de Janeiro uma *Lisboa minituarizada*²⁰.

19 MARINS, P.C.G. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, 2001. CAVALCANTI, N. *Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construção da cidade da Invasão Francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. SCHULTZ, K. *Op.Cit.*

20 GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. “As bases institucionais da construção da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administração e governabilidade no Império Luso-Brasileiro”. In: JANCOSÓ, I. (org). *Independência: História e historiografia*. São Paulo, HUCITEC/FAPESP, 2005, p.723. Andréa. *Vida Política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: HUCITEC, 2006, pp. 51-77.

Vale lembrar que quando o jornal *Patriota* publicou a resposta de Antonio Medeiros – não se sabe para sublinhar os avanços realizados pelas reformas urbanas, ou se para lembrar do quanto ainda faltava em busca dos índices de civilização almejados – as mudanças que já estavam em curso foram viabilizadas graças a 3 fatores: o imposto da Décima Urbana, implementado em 1808 para custear as obras na nova Corte; a administração da cidade, levada a cabo pela Intendência de Polícia, na figura de Paulo Fernandes Vianna (que foi uma espécie de braço direito de D. João durante todo período regencial²¹); e o uso cada vez mais intenso de homens e mulheres escravizados.

Conforme visto, desde o tempo dos vice-reis, os escravos urbanos eram responsáveis por boa parte dos serviços urbanos do Rio de Janeiro. Assim que desembarcou no Rio de Janeiro em 1808 – logo após a abertura dos portos para as nações amigas – John Luccock ficou impressionado com a quantidade de africanos (escravizados e libertos) que andavam pelas ruas do Rio de Janeiro. Para o viajante, a recém elevada Corte portuguesa, mais parecia o “coração da África”. Ao longo dos dez anos em que ficou na América portuguesa, a dinâmica da escravidão urbana do Rio de Janeiro saltava aos olhos do inglês. De acordo com ele,

21 SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Intendência-Geral da Polícia: 1808-1821”. In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.137-151, jul - dez. 1986

Toda a casa que se presa era provida de escravos aos quais haviam ensinado algumas ou mais artes comuns da vida e que não somente trabalhavam nessas especialidades para a família que pertenciam, como eram também alugados pelos seus senhores a pessoas não tão bem providas quanto eles. Não conseguiam ganhar muito; em 1808 considerava-se um operário bem pago, com meia pacata, menos que um xelim, por dia. Mas o afluxo de estrangeiros e a multiplicação de necessidades, dentro em pouco, elevaram o valor do trabalho, em grau extravagante. Deu isso motivo a que surgisse nova classe social, composta pelas pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los nalguma arte útil ou ofício, vendendo-os em seguida, por preço elevado, ou alugando seus talentos e trabalhos²².

O registro de Luccock pontua não só o uso massivo dos escravos no espaço urbano, como também indica que a dinâmica citadina muitas vezes exigia que um mesmo escravo tivesse duas ou mais ocupações, o que o tornava uma propriedade cada vez mais vantajosa para quem o adquirisse. Não por acaso, surgiu essa “*nova classe social, composta pelas pessoas que compravam escravos para o fim especial de instruí-los*”. Durante o período em que estive no Rio, grande parte desses escravos instruídos eram empregados nas obras que visavam materializar o novo status social e político da cidade do Rio de Janeiro, na medida em que foram esses escravos que aterraram os brejos, calçaram as ruas, e construíam ou reformara as edificações do Corte.

22. LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975, p. 72

TABELA 2 : TRÁFICO DE AFRICANOS ESCRAVIZADOS PARA RIO DE JANEIRO E AMÉRICA PORTUGUESA ENTRE 1808 E 1815

Ano	Desembarques porto Rio de Janeiro	Total de desembarques América Portuguesa	% Desembarques porto do Rio de Janeiro / Total América Portuguesa
1808	9602	25632	37%
1809	13171	32930	40%
1810	18677	53610	35%
1811	22520	42067	54%
1812	18270	46430	39%
1813	17280	41952	41%
1814	15300	43083	36%
1815	13300	40436	33%
Total	128.120	326.140	39,30%

Fonte: <http://www.slavevoyages.org> e FLORENTINO, M. Op. Cit., 1997, p. 51.

Como a tabela 2 deixa nítido, entre os anos de 1808 e 1815 o tráfico de africanos escravizados teve um grande aumento tanto no porto do Rio de Janeiro, como no restante da América portuguesa. O aumento percentual do desembarque do Valongo estava atrelado à nova função que a cidade do Rio de Janeiro passou a exercer no quadro mais amplo do Império lusitano. Para além do uso dos escravizados nas obras de melhoria da cidade-Corte, a ampliação das redes comerciais do Rio após 1808 (ou seja, após a abertura dos portos) foi responsável pelo aumento do uso da mão-de-obra escrava, que pululava na zona portuária e nas principais vias da cidade, carregando mercadorias, pessoas, objetos e dejetos. No denso e pioneiro trabalho sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, Mary Karasch exemplificou que para além dos serviços domésticos, dezenas de atividades do cotidia-

no cidadão eram executadas por homens e mulheres escravizados, fossem eles africanos ou nascidos na América. Tal situação que foi retificada pelas análises de Marilene Nogueira e Luís Carlos Soares²³.

A mobilidade e autonomia de trânsito garantidos pela atividade de ganho - na qual o escravo urbano oferecia seus serviços a terceiros em troca de pagamento, que depois era repassado para seu proprietário -, bem como a prática do aluguel de cativos (muito utilizado, inclusive por órgãos do estado, como já demonstrado) acabavam por suprir boa parte da demanda criada pela elevação do Rio de Janeiro como Corte do Império. Quer fosse como mão-de-obra utilizada nas obras públicas, quer fosse como trabalhadores empregados nas atividades portuárias e comerciais que cresciam a olhos vistos, a Lisboa minituarizada, não apenas era também uma “pequena África” como, curiosamente, dependia do trabalho desses africanos escravizados para tornar-se corte²⁴.

Uma vez mais, o viajante John Luccock – em grande parte imbuído de uma perspectiva abolicionista que ganhava espaço na Grã Bretanha – chamou atenção para uma prática que parecia sintetizar o funcionamento dessa cidade-corte- escravista: a aversão que a população livre e branca passou a ter em relação ao trabalho manual.

23 KARASCH, *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000, 259-291. SILVA, Marilene Nogueira. *O Negro na Rua. A Nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, 1988. SOARES, Luís Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ, 2007, pp. 107-191

24 Para um estudo mais aprofundado do uso de escravizados no processo de reformas urbanas do Rio de Janeiro a partir de 1808, ver: SANTOS, Ynaê. “Tornar-se Corte. Trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro 1808-1815”. *Revista de História Comparada*, v.7, n, 1, pp. 262-292, 2013.

A isso, os mecânicos brancos juntaram mais uma loucura; consideravam-se todos eles fidalgos demais para trabalhar em público, e que ficariam degradados se vistos carregando a menor coisa, pelas ruas, ainda que fossem as ferramentas do seu ofício. O orgulho tolo e a presunção formalizada, que dominava em todas as classes da sociedade brasileira, atingiam nesta categoria de homens a um absurdo singular e ridículo. Um ou dois exemplos não-de (sic) ilustrar melhor esse traço de caráter²⁵.

Como bem pontuado pelo viajante, a presunção que dominava todas as classes da sociedade não se limitava ao perímetro urbano do Rio de Janeiro. Todavia, a busca pela fidalguia estava diretamente ligada ao uso massivo da mão-de-obra escrava, situação que criou novas demandas que ressignificaram todas as pertencças sociais de uma cidade que se tornava corte: a escravidão não era apenas a instituição na qual se alicerçava a economia do Rio de Janeiro, era também o pilar a partir do qual uma série se relações e lugares sociais eram definidos. E como não podia deixar de ser, tais relações acabavam por demandar mais braços de homens e mulheres escravizados que não eram comprados apenas para carregar mercadorias, ou então trabalhar nas casas humildes e abastadas da cidade. A escravidão, acompanhada pelo incremento do tráfico transatlântico, também fazia funcionar uma intrincada hierarquia social que, curiosamente, caía muito bem na teatralização de uma vida em Corte.

O concurso inevitável dos escravos

As vantagens que o incremento da população escrava trouxe para o funcionamento do Rio de Janeiro era inegável. Se no mundo rural, os cativos eram “as mãos e os pés” de seus senhores, no universo citadino eram esses homens e mulheres escravizados que colocavam a cidade para funcionar. Nem mesmo a aspiração de tornar-se uma

²⁵ LUCCOCK, J. Op. Cit., p. 82.

Versalhes Tropical arrefeceu a força do trabalho escravo na cidade do Rio de Janeiro. Muito pelo contrário. Uma condição que poderia ser vista como contraditória, a busca por uma ideia de cidade calcada nos padrões civilizatórios X o uso cada vez mais intenso de africanos escravizados nas mais variadas atividades urbanas, tornou-se uma marca da cidade-Corte, e acompanharia as dinâmicas do Rio de Janeiro pelas quatro décadas seguintes.

Mas como havia sido pontuado pelo Marques de Aguiar, junto com as inúmeras vantagens econômicas e sociais que a escravidão trouxe para a vida urbana do Rio de Janeiro, era necessário que se atentasse para que o concurso inevitável dos escravos não se transformasse em desordem. Oriundos de diferentes partes do continente africano, portanto possuidores de inúmeras culturas distintas, os milhares de africanos escravizados que aportaram e viveram na cidade do Rio de Janeiro, resignificaram o espaço citadino de diferentes formas. Parte expressiva dos escravos citadinos seguia uma prática comum à população do Rio e se filiava às Irmandades que, no caso da chamada *população de cor*, ficaram conhecidas como irmandades negras.

Compartilhando uma dinâmica que existiu em outros centros urbanos da América colonial, as Irmandades negras receberam esse nome não só por causa da cor da pele de seus membros, mas também pela devoção a santos (e santas) igualmente negros, como São Elesbão, Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. Tais instituições funcionavam como associações de ajuda mútua, ao mesmo tempo em que assistiam os momentos finais de seus membros, garantindo que a passagem para a eternidade cristã ocorresse de acordo com os preceitos definidos pela Igreja Católica²⁶. Essas irmandades também permitiram que africanos de origens específi-

26 Sobre Irmandades escravas no Rio de Janeiro ver: SOARES, M.C. *Devotos da Cor: Identidade Étnica, Religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. FARIA, Sheila S. de Castro. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e São João del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de História da UFF. Niterói, 2004.

cas recriassem seus laços de pertencimento em uma sociedade escravista, a partir dessa comunhão cristã assentada em identidades africanas. Não por acaso, existiram ao longo dos séculos XVIII e XIX um número significativo de irmandades negras do Rio, cada uma delas organizadas por homens e mulheres de diferentes partes do continente africano, além das irmandades que eram compostas por homens e mulheres negros e pardos nascidos na América portuguesa.

Boa parte das ações das Irmandades visavam garantir a melhoria da vida espiritual e material de seus membros – como os cuidados com os cortejos fúnebres e a criação de poupanças que tinham por objetivo a compra da liberdade dos associados que estivessem sob o julgo da escravidão. Justamente por isso, as Irmandades realizavam inúmeros festejos e celebrações que por um lado reforçavam os laços de identidade e de pertencimento dos irmãos de fé, mas que também ocupavam os espaços da cidade de forma nem sempre bem vista pelas autoridades e pela classe de proprietários. Justamente por isso, o Marquês de Aguiar pontuou que não era possível proibir todos os tipos de ajuntamento da população escrava: alguns deles (sobretudo os que estavam diretamente relacionados às irmandades) estavam legitimados pela Igreja Católica e acabavam por fazer parte faziam parte do jogo imposto pela dinâmica teatral da vida urbana da América colonial, reforçando aquilo que Silvia Lara chamou de *exposição das hierarquias sociais*²⁷.

Inúmeros trabalhos veem mostrando que, embora as Irmandades Negras atuassem dentro da lógica vigente da sociedade colonial escravista, a apropriação que seus membros fizeram dessa experiência muitas vezes teve significados imensuráveis. Ser parte de uma congregação que, por vias legais, abria a possibilidade da saída (individual) do cativo foi, sem dúvida alguma, um alento para inúmeros homens e mulheres que foram obrigados a recriar e resignificar símbolos e sentidos num mundo que lhes era completamente novo.

27 LARA, S. H. LARA, Silvia H. *Fragmentos setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007, p.125.

Se, por um lado, jogar as regras do jogo de fato arrefeceu outros tipos de luta, por outro, viabilizou que escravos e libertos, africanos e crioulos, literalmente concretizassem no espaço urbano fragmentos de suas histórias. E esse fazer-se material acabou influenciando a vivência e, principalmente, a expansão urbana do Rio de Janeiro que, no alvorecer do século XIX, era uma cidade (ou melhor posto, uma capital colonial) cuja sede episcopal ficava na Igreja construída por e para negros.

No período que o cronista Luiz Edmundo chamou de “*tempo dos Vice-reis*”, ao menos uma vez ao ano, era possível ver

descendo a Rua do Rosário, pela altura da dos Latoeiros, caminho do Terreiro do Paço, a tropilha folgaz dos negros [que] vem cantando, a dançar, ao som de adufos, caxambus, chequerês, marimbas, chocalhos e agogôs, seguida, açulada, applaudida pelo poviléu garrulho e jovial que com ella faz mescla e se expande feliz! Nunca se viu na rua tanto negro! São negros de todas as castas e todas as ralés, despejados pelas vielas e alforjas em redor, atraídos pelo engodo da folia: congos e moçambiques, monjolos e minas, quilôas e benguelas, cabindas e rebôlas, de envolta com mulatos de capote, com ciganos e moleques [...] Não há escravo que atenda amo, que obedeça a senhor nesse minuto de desabafo e embriaguez. É uma loucura!²⁸

A cena apresentada por Luís Edmundo, descreve uma multidão negra que, numa data específica, tomava as principais vias da cidade para comemorar, à sua maneira, a coroação simbólica de reis e rainhas africanos que, ao menos por um minuto, cediam espaço para o desabafo, a embriaguez e a loucura. Era o catolicismo ibérico que abria um respiro em meio à escravidão. No entanto, é preciso salientar que a atemporalidade que marca a descrição de Luiz Edmundo uniformizara práticas e identidades forjadas no cativo. Fosse no Rio de Janeiro ou em outras localidades do Novo Mundo, o *engodo* das festas católicas até poderia atrair *negros de todas as castas e ralés*. Entretanto, moçambiques, congos, quiloas, minas e benguelas não

28 EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro: Editora Athenas, 1915, p. 153.

enxergaram nem viveram a escravidão da mesma maneira. Primeiro, porque tais grupos eram resultado de identidades africanas reconfiguradas nas Américas e que, justamente por isso, estavam sujeitas às vicissitudes da dinâmica colonial em que estavam inseridas. Segundo, porque mesmo compartilhando a experiência do cativo e a luta pela liberdade, a *tropilha folgaz de negros* nunca foi singular. Procurar unidade naquilo que era plural e diverso dificulta a compreensão mais aprofundada da escravidão citadina e da própria configuração espacial de cidades escravistas.

Tomar os negros de Rio de Janeiro (ou de qualquer outra cidade colonial) como um grupo coeso e único não permite entender porque as autoridades locais estavam sempre às voltas com a fuga de cativos e a formação de quilombos nos subúrbios das vilas e cidades. Em que pese a força que o pertencimento às irmandades e demais associações de ajuda mútua possam ter representado na vida de muitos escravos e libertos, as identidades reconstruídas em solo americano estavam além dessas instituições, e muitas vezes, os cativos não se vincularam à nenhuma delas, preferindo trilhar outros caminhos. Diversos autores têm demonstrado que, a partir do século XVII, as Câmaras Municipais e demais cargos governativos da América portuguesa estavam preocupadas em definir as distintas formas de resistência à escravidão.²⁹ Era fundamental saber diferenciar um escravo foragido de um quilombola, ou então saber delimitar o que eram mocambos e o que eram quilombos. Só a partir de então era possível formular medidas reativas e preventivas.

Desde os tempos de Bobadela, já havia uma forte preocupação por parte das autoridades em não permitir que a fuga escrava tomas-

29 Dois trabalhos merecem destaque no que tange o estudo sobre a preocupação das autoridades coloniais no controle da fuga de escravos e na formação de quilombos: SCHWARTZ, S.B. “Mocambos, quilombos e Palmares: a resistência escrava no Brasil colonial”. In.: *Estudos Econômicos*, 17, número especial (1978), pp. 83-87. LARA, S.H. “Do singular ao plural. Palmares, capitães-dormato e o governo dos escravos”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S (Orgs.). *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp. 81-109.

se proporções alarmantes³⁰. Em 1793, o cirurgião-mor Manuel Dias Lisboa encaminhou um ofício à Câmara avisando que um dos capitães-de-entrada havia apreendido seu escravo na freguesia do Pilar³¹. Essa era uma das freguesias que compunham a baixada iguaçuana, região do recôncavo da Guanabara banhada pelos rios Iguaçu e Sarapuí, local que desde meados do século XVIII era conhecido pela produção de gêneros alimentícios (boa parte deles comercializado no Rio de Janeiro), pelo fabrico de açúcar e aguardente, mas também por servir de refúgio para muitos escravos foragidos e quilombolas³².

Documentos como este eram cada vez mais frequentes nas mesas e escrivaninhas do Senado da Câmara, e narravam histórias semelhantes: escravos fugidos, capturados por particulares que precisavam de licença da Câmara para atuar como capitães-do mato, ou de entradas. E, a cada ciclo de melhorias empreendidas na cidade, tais capitães precisavam percorrer distâncias maiores na busca dos foragidos. As formas mais radicais de luta contra a escravidão acompanharam o crescimento do Rio de Janeiro, e não seria exagero algum dizer que isso se deu de forma proporcional à expansão urbanística e à complexidade que marcaram a história da cidade.

Como é possível se imaginar, a partir de 1808, com a elevação do Rio de Janeiro ao status de Corte a apropriação do espaço urbano pe-

30 Kirsten Schultz citou um documento produzido por Paulo Fernandes Viana (Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1820), no qual há uma forte menção às inúmeras medidas tomadas pelo Conde de Bobadela com o intuito de prevenir as fugas e formações de quilombo na cidade e na capitania do Rio de Janeiro. Cf. SCHULTZ, K. *Op. Cit.*, p. 78 (documento citado na nota 22 do capítulo 1).

31 AGCRJ. Códice 6.1.23. Documentos sobre a escravidão e mercadores de escravos, 1777-1831, p.295.

32 Cf.: GOMES, F.S. “Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX.”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S. (Orgs.). *Op. Cit.*, pp. 263-290. Em recente trabalho, Nielson Bezerra mostrou que parte significativa do açúcar, da aguardente e da farinha produzidos no recôncavo da Guanabara foram utilizados, desde o “tempo dos Vice-reis” até meados do século XIX, como moeda de troca no comércio que pequenos negociantes fluminenses estabeleceram com regiões específicas da costa Ocidental africana. Cf. BEZERRA, N. *Mosaicos da Escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do Recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

los escravizados aumentou, não só porque aumentou o número total e relativo da população escrava na cidade, mas também porque os aprendizados de como viver numa cidade escravista foram passados. Os milhares de homens e mulheres que aportavam no Valongo e eram adquiridos por proprietários citadinos, rapidamente eram apresentados à dinâmica de funcionamento da cidade. Ao longo do século XIX, as Irmandades Negras continuaram sendo uma instituição importante na socialização de muitos africanos escravizados, que não só podiam ressignificar suas identidades para além da alcunha de “africanos”, mas que também fizeram uso das redes sociais propiciadas por essas irmandades na busca por sua liberdade. Todavia, essa não foi a única forma de lutar pela liberdade.

Conforme já exposto, essa vida de maior mobilidade permitia que os escravos urbanos pudessem se apropriar da cidade para além da exploração de seu trabalho. Uma dinâmica típica dos centros escravistas das Américas. Não por acaso, nos primeiros anos da transferência da Corte, os poucos jornais que circulavam no Rio de Janeiro anunciavam muito mais fuga do que a venda de escravos³³. Como era costume, além do nome do cativo em questão, geralmente também eram oferecidas descrições físicas, e algum tipo de recompensa para quem encontrasse e devolvesse o cativo. Os trabalhos de Flávio Gomes sobre a formação de mocambos e comunidades quilombolas nos arredores do Rio de Janeiro corroboram que muitas vezes a maior autonomia de trânsito no espaço citadino era lida pelos escravizados (africanos e ladinos) como possibilidade de sair do cativeiro, mesmo em condições não autorizadas³⁴. Muitas vezes, a fuga acontecia dentro da própria cidade, que podia fazer as vezes de esconderijo para

33 Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional é possível fazer busca por palavras nos periódicos digitalizados. Dentre os jornais analisados (*Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*) o que observa é um grande número de anúncio de fuga de escravos entre os anos de 1809 e 1815.

34 GOMES, F. Op. Cit. GOMES, F. *História de Quilombos. Mocambos e histórias de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

muitos escravos foragidos³⁵: a Corte também poderia ser, mesmo que por pouco tempo, uma espécie de mocambo para diversos cativos, espaço no qual outras redes transatlânticas eram configuradas, fazendo com que o Rio também fosse o coração da África.

Global porque escravista

A tentativa do Marques de Aguiar em tentar tranquilizar o Conde dos Arcos sobre a revolta de escravos de XXX em 1814 serviu como “porta de entrada” para analisar as diversas facetas da escravidão urbana do Rio de Janeiro. Em certa medida, e como o Marquês sublinha, se por um lado o trabalho escravo fazia com que o concurso dos cativos fosse inevitável, por outro era importante saber o que tipos de apropriação do espaço urbano poderiam ou não ser permitidas. Muitas vezes, a linha que separava o encontro em um chafariz de um batuque desordeiro era muito tênue. Por isso, era necessária atenção e muito conhecimento por parte dos governantes: sem escravos a cidade-Corte parava, mas com muitos deles, o coração africano poderia prevalecer em meio ao projeto civilizatório de construção de uma Versalhes Tropical.

No entanto, quando contextualizado, o ofício do Marques de Aguiar não é apenas um lembrete de um governante experiente sobre a perspicácia que um governante do Rio de Janeiro deveria ter para saber dosar proibições e castigos à população escrava naquela que era a cidade mais importante do Império lusitano em 1814. Na realidade, o bom funcionamento da cidade-Corte-escravista também significava a efetivação de uma escolha que havia sido reforçada nos primeiros anos do século XIX pelo Império Português e que, parafraseado Felipe de Alencastro, se projetava para o futuro: a escolha pela escravidão³⁶.

35 SANTOS, Y. *Além da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

36 ALENCASTRO, L.F. A Vida Privada e a Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, L.F. (org). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. São Paulo: Cia.

Dentre os anos de 1791 e 1815, o mundo Atlântico passou por profundas transformações num período que foi cunhado como “Era das Revoluções”. A Independência dos Estados Unidos em 1776, a implosão do Antigo Regime com a Revolução Francesa e a criação da primeira nação americana sem escravos após a Revolução do Haiti (1791-1804) reordenaram o quadro de forças hegemônicas do Mundo Atlântico, que na sua parcela Americana foi marcado pelo início do processo de Independência³⁷. A radicalidade do Haiti ampliou o debate sobre o abolicionismo, mostrando que o incômodo de ingleses como Vessen (que ficou horrorizado com a forma como um escravo doente e velho era tratado no Rio de Janeiro em 1796), poderia se transformar em política transnacional: o escravismo passava a ser questionado não só pelos escravizados, mas pela maior potência econômica do período, a Grã-Bretanha.

Para além de movimento insurretos que ocorreram no Rio de Janeiro em 1794, como a Conjuração Carioca, a própria escolha do Rio como sede de poder do mundo português era consequência das mudanças que reorganizaram o mundo Atlântico a partir de 1791.

As transformações da Era das Revoluções reverberaram e definiram o devir da cidade do Rio de Janeiro, transformando-a (a partir de 1808), na única cidade americana em que estavam instalados os homens e as instituições que comandavam um Império europeu. Uma cidade que passou por inúmeras reformas urbanísticas com o objetivo de atender a um modelo europeu de civilização. E também uma cidade que teve o número da sua população escravizada aumentado significativamente.

Conforme demonstrado, uma das principais razões pelo crescimento do número de escravos estava diretamente relacionado com a herança deixada pelos tempos dos vice-reis - período no qual a ci-

das Letras, 2004.

³⁷ Sobre a Era das Revoluções e a escolha do Império português pela escravidão ver: BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro: Record, 2002. BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

dade já dependia do trabalho escravo para funcionar -, mas também do emprego de milhares de africanos escravizados e de ladinos na execução material e simbólica do projeto de uma cidade-Corte. Mas como já anunciado, justamente por ter se tornando o *locus* de poder de todo o Império português, a dinâmica interna da escravidão do Rio de Janeiro também era o sintoma da escolha que os dirigentes desse mesmo Império fizeram pela manutenção da escravidão, em grande parte graças a intensificação do tráfico de africanos escravizados. A comparação das tabelas 1 e 2 apontam não só crescimento absoluto do número de africanos escravizados aportando na América portuguesa entre os anos de 1791 e 1815, mas também o aumento do percentual de africanos escravizados que chegavam no Rio de Janeiro, num período em o consumo de mão de obra escrava chegava a chocar os visitantes estrangeiros. Esse duplo crescimento não foi por acaso.

Tomando de empréstimo alguns apontamentos metodológicos sobre história urbana global de Carl Nightingale³⁸, o Rio de Janeiro e a intensificação de seu cotidiano escravista podem ser tomados como a escala local da escolha pela manutenção e incremento da escravidão levados à cabo pelas autoridades portuguesas e pela classe senhorial. Os estudos que se debruçaram a analisar a cidade do Rio de Janeiro após 1822 (quando se transforma em capital do Império do Brasil) até 1850, quando o tráfico transatlântico é definitivamente extinto são unânimes em demonstrar a importância axial da escravidão para a vida da cidade³⁹.

Todavia, antes mesmo de ser Corte, a cidade do Rio de Janeiro já era um entreposto dinâmico das relações econômicas e dos negócios estabelecidos no Atlântico (sobretudo o Atlântico Sul), no qual circulavam diversificada gama de gêneros alimentícios oriundos do sertão fluminense, farinha de mandioca e cachaça da região do

38 NIGHTINGALE, C. "World History needs more urban mess: a conversation with Carl Nightingale", *Global Urban History Blog*. August, 2016.

39 KARASCH, OP. Cit. SILVA, Op. Cit. SANTOS, Op. Cit. SOARES, OP. Cit.

Iguaçu, além de africanos escravizados de diversas origens. A partir de 1808, a abertura dos portos redimensionou as redes comerciais no e do Rio de Janeiro. Boa parte delas dependente do trabalho, ou então da compra e venda de escravos.

A dinâmica escravista do Rio de Janeiro, se bem controlada como tentou ensinar o Marquês de Aguiar, permitiria que os africanos escravizados ressignificassem o espaço urbano dentro de um espectro seguro, sem transpor os “muros invisíveis da cidade” de que nos fala Mary Karasch. Não eram só irmandades religiosas que deveriam ser suportadas pelas autoridades e pelos cidadãos de bem, mas também os ajuntamento, cânticos e conversa entre escravos que não comprometessem a ordem da cidade e a ordem escravista. A permanência da escravidão urbana no Rio de Janeiro em meio às mudanças que a cidade sofreu entre os anos de 1791 e 1815 demonstra o papel estruturante que o escravismo continuou tendo no Império português, um legado que atravessou o tempo e que foi redimensionado pelo Império do Brasil, a ponto do Rio de Janeiro – como sede da nação que representava – ter se tornando a maior cidade escravista das Américas em meados do século XIX. A dimensão escravista do Rio de Janeiro fez com que a cidade se transformasse numa metrópole interiorizada e, por isso mesmo estivesse completamente implicada nas transformações Atlânticas, configurando-se como uma espécie de grande nó nas redes de conexão global.

Bibliografia

- ALENCASTRO, L.F. A Vida Privada e a Ordem Privada no Império. In: ALENCASTRO, L.F. (org). *Historia da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. Vol. 2. Sao Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império. Questao Nacional e Questao Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edicoes Afrontamento, 1993.
- ARRUDA, J. “A epoca dos vice-reis fluminenses: o novo padrao de colonizacao, diversificacao e integracao economica”. In.: MAGALHAES, A. BEZERRA, R. *Os Vice-reis no Rio de Janeiro. 250 Anos*. Rio de Janeiro: Museu Historico Nacional, 2015, pp. 189-228.
- BERBEL, M. MARQUESE, R. PARRON, T. *Escravidao e Politica. Brasil e Cuba, 1790-1850*. Sao Paulo: HUCITEC, 2010.
- BEZERRA, N. *Mosaicos da Escravidao: identidades africanas e conexoes atlanticas do Reconcao da Guanabara (1780-1840)*. Tese (Doutorado em Historia Social), Instituto de Historia, Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2010.
- BLACKBURN, Robin. *A queda do escravismo colonial: 1776-1848*. Rio de Janeiro, Record, 2002
- CAVALCANTI, N. *Rio de Janeiro Setecentista. A vida e a construcao da cidade da Invasao Francesa ate a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- DANTAS, M. HART, E. “Historical Approaches to researching the Global Urban”. In: HARRISON, J. HOYLER, M. *Doing Global Urban Research*. Los Angeles: SAGE, 2018.
- EDMUNDO, L. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro: Editora Athenas, 1915.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma Historia dos Costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- FLORENTINO, M. *Em Costas Negras. Uma historia do trafico de escravos entre a Africa e Rio de Janeiro*. Sao Paulo: Cia. das Letras, 1997
- FRAGOSO, Joao Luis. *Homens de Grossa Aventura. Acumulacao e Hierarquia na Praca Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Editora Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1992, pp. 324. FRANCA, J.M.C. *Visoes do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de textos 1531-1800*. Rio de Janeiro: EdUERJ/

- Jose Olympio Editora, 1900.
- GOMES, F. Op. Cit. GOMES, F. *Historia de Quilombos. Mocambos e historias de senzalas no Rio de Janeiro, seculo XIX*. Sao Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- GOUVÊA, Maria de Fatima Silva. “As bases institucionais da construcao da unidade dos poderes no Rio de Janeiro Joanino: administracao e governabilidade no Imperio Luso-Brasileiro”. In: JANCSO, I. (org). *Independência: Historia e historiografia*. Sao Paulo, HUCITEC/FAPESP: 2005.
- HOLLOWAY, Thomas. *Policia no Rio de Janeiro. Repressao e resistência numa cidade do seculo XIX*. Rio de Janeiro,:Fundacao Getulio Vargas editora, 1997.
- KARASCH, *A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)*. Sao Paulo: Cia. das Letras, 2000
- LARA, S. H. *Fragmentos setecentistas. Escravidao, cultura e poder na America portuguesa*. Sao Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- LARA, S.H. “Do singular ao plural. Palmares, capitaes-do-mato e o governo dos escravos”. In.: REIS, J.J. GOMES, F.S (Orgs.). *Liberdade por um fio. Historia dos quilombos no Brasil*. Sao Paulo, Cia. das Letras, 1996.
- LIMA, Carlos A. *Artífices do Rio de Janeiro (1790-1818)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Sao Paulo, EDUSP, 1975.
- MARINS, P.C.G. *Atraves da Rotula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, seculos XVII a XX*. Sao Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.
- MATTOS, Ilmar R. Construtores e Herdeiros. A trama dos interesses na construcao da unidade politica. *Almanack Brasiliense* n.1, pp. 8-26, 2005. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.voi1p8-26>
- MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil: principalmente aos distritos de ouro diamantino*. Rio de Janeiro: Zeldo Valverdas, 1944.
- NIGHTINGALE, C. “World History needs more urban mess: a conversation with Carl Nightingale”, *Global Urban History Blog*. August, 2016.
- NORONHA SANTOS, F. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Ed. O Cruzeiro, 1965.
- PESAVENTO, F. “O colonial tardio e a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos: 1750-90”. *Estudos Economicos*, v. 42, n. 3, 2012.
- Praca Mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasi-

leira.

- REIS, J.J. *A Morte e uma festa. Ritos funébreos e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- REIS, Joao Jose. GOMES, Flavio dos Santos. Repercussions of the Haitian Revolution in Brazil, 1791-1850. In.: GEGGUS, David P. FIERING, Norman (ed.) *The World of the Haitian Revolution*. Bloomington, Indiana University Press, 2009, pp. 284-313.
- Rio de Janeiro 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 1998.
- RODRIGUES, J. *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediarios do trafico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- SANTOS, Ynaê Lopes. *Alem da Senzala. Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- SANTOS, Ynaê. "Tornar-se Corte. Trabalho escravo e espaço urbano no Rio de Janeiro 1808-1815". *Revista de Historia Comparada*, v.7, n, 1, pp. 262-292, 2013.
- SCHULTZ, K. *Versalhes Tropical. Imperio, Monarquia e a Corte Real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2008.
- SCHWARTZ, S.B. "Mocambos, quilombos e Palmares: a resistencia escrava no Brasil colonial". In.: *Estudos Economicos*, 17, pp. 83-87, numero especial (1978).
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "A Intendência-Geral da Policia: 1808-1821". In: *Acervo*. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.137-15, jul - dez. 1986.
- SILVA, Marilene Nogueira. *O Negro na Rua. A Nova face da escravidao*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SOARES, Luis Carlos. *O "povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidao urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: 7 LETRAS/FAPERJ, 2007.
- SOARES, M.C. *Devotos da Cor: Identidade Etnica, Religiosidade e escravidao no Rio de Janeiro do século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2000.
- SOARES, M.C. Op. Cit. FARIA, Sheila S. de Castro. *Sinhas Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e Sao Joao del Rey (1700-1850)*. Tese de Professor Titular apresentada junto do Departamento de Historia da UFF. Niteroi, 2004.

*Dossiê Rio de Janeiro e a Cidade Global:
Histórias comparadas de cidades na Era Moderna da Globalização*

Recebido em: 08/03/2019 – Aprovado em: 11/01/2020